

**“A Casa Grande Surta Quando a Senzala Aprende a Ler”:
*Resistência Antirracista e o Desvendamento da
Branquitude Injuriada no Brasil***

Patricia de Santana Pinho

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS E LATINOS
UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA, SANTA CRUZ

ABSTRACT

This article examines the use of the expression “the slave masters freak out when the slaves learn to read” and the “casa grande & senzala” dyad as a strategy of anti-racist resistance in contemporary Brazil. The dyad and the expression have been mobilized to challenge the increasingly racist and reactionary rhetoric of the Brazilian traditional middle-class that refuses to let go of the privileges it has historically accrued. The enunciation of these idioms contributes to the unveiling of an “injured whiteness” that emerged in reaction to the Workers’ Party’s administrations (2003-2016).

Keywords: Brazil; whiteness; injured whiteness; racism; anti-racism.

Este artigo examina o uso da expressão “a casa grande surta quando a senzala aprende a ler” e do binômio “casa grande & senzala” como estratégia de resistência antirracista no Brasil contemporâneo. O binômio e a expressão têm sido mobilizados como contrapontos à retórica cada vez mais explicitamente racista e reacionária da classe média tradicional brasileira, que se recusa a abrir mão dos privilégios acumulados historicamente. A enunciação destes termos contribui para o desvendamento da “branquitude injuriada” que emergiu em reação às políticas implementadas nos governos do PT (2003-2016).

Palavras-chave: Brasil; branquitude; branquitude injuriada; racismo; antirracismo.

Introdução

Eu tô aqui como mulher, como negra, como periférica, e eu queria dizer que eu tinha tudo para ser uma excelente babá, faxineira ou empregada doméstica. Isso tava marcado na minha história, era meio que determinado pra mim. Mas eu tenho a oportunidade, graças a essa nação educadora, que lutou pelo PROUNI, que lutou pelo REUNI, que lutou pelas políticas afirmativas, que lutou pelas cotas pra negros! E eu queira dizer que esses avanços ainda são um começo. Eu não aguento mais lutar contra retrocesso! Eu não aguento mais lutar contra uma tentativa de retirar direitos arduamente conquistados! [. . .] Presidenta, recentemente eu compartilhei uma foto minha no Facebook dizendo não ao golpe, segurando esse cartaz. Essa foto minha foi compartilhada por um grupo intitulado Dignidade Médica, que é composto por cerca de 100 mil médicos e estudantes de medicina, que já foram conhecidos no Brasil por defenderem o holocausto e a castração química de nordestinos e de eleitores de Dilma Rousseff. Esse grupo compartilhou a minha foto e havia vários comentários racistas. Um deles era o seguinte: será que ele entra no hospital com esse cabelo? E eu tô aqui pra dizer que não entro só no hospital não! Eu entro no avião, e eu entro no Palácio do Planalto! (Suzane da Silva, 12/04/2016)¹

Este depoimento comovente e arrebatador de Suzane da Silva ocorreu em um evento no Palácio do Planalto no dia 12 de abril de 2016, poucos dias antes da câmara dos deputados dar início ao processo parlamentar ilegítimo que mais tarde derrubaria Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente do Brasil. O cartaz que a jovem estudante de medicina segurava, enquanto descrevia para a plateia — que incluía a própria presidenta — o racismo sofrido na internet, dizia: “a casa grande surta quando a senzala vira médica”. Embora esta expressão já tivesse sido dita e escrita antes, esta foi a primeira vez em que foi viralizada, tornando-se ainda mais amplamente conhecida. Suzane teve o cuidado de citar, no pôster, aquele que seria o autor da frase original, Totonho, um militante negro do Nordeste, de quem ela adaptou a frase “a casa grande surta quando a senzala aprende a ler”.

Neste artigo, analiso o uso desta expressão (e suas variantes) como estratégia antirracista de desvendamento da branquitude, especificamente do que chamo de “branquitude injuriada,” surgida no Brasil, em grande medida, em reação às políticas implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores – PT (2003-2016). Examino o papel da branquitude injuriada como uma das molas propulsoras da onda reacionária que levaram ao crescimento da extrema-direita e à eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Mostro que o binômio “casa grande & senzala”, difundido por Gilberto Freyre em seu livro homônimo na década de 1930

¹ Vídeo disponível em: <https://bemblogado.com.br/site/depoimento-a-casa-grande-surta-quando-a-senzala-vira-medica>.

para representar a capacidade brasileira de “equilíbrio dos antagonismos” (1978, p. 53), é agora mobilizado para enfatizar exatamente o oposto. A afirmação “a casa grande surta quando a senzala aprende a ler (ou vira médica)” ressalta o antagonismo entre brancos e negros, mostrando que o legado da escravidão continua a beneficiar os primeiros em detrimento dos últimos, tanto material quanto simbolicamente. A frase tem sido usada como um contraponto à campanha de ódio e à retórica cada vez mais explicitamente racista e reacionária da classe média tradicional, aquela que já existia antes dos governos do PT e que é constituída, de um modo geral, por profissionais liberais, cuja riqueza familiar os antecede há gerações, (Klein et al., 2018).

O artigo é dividido em três partes. Na primeira, analiso alguns exemplos do uso da expressão “a casa grande surta...”, examinando os seus contextos e significados. Na segunda parte, eu explico o que é a “branquitude injuriada”, conceito que desenvolvi como ferramenta de análise do ressentimento racial de um setor da branquitude que “saiu do armário” durante o período dos governos do PT. Na terceira e última parte, eu considero como a expressão “a casa grande surta...”, ao expressar uma crítica profunda a uma branquitude que se recusa a abrir mão dos privilégios acumulados há mais de 500 anos, funciona como uma estratégia antirracista de desvendamento da branquitude injuriada no Brasil contemporâneo.

“A Casa Grande Surta...”

Quase um ano depois da declaração de Suzane da Silva no Palácio do Planalto, a expressão “a casa grande surta quando a senzala vira médica” voltou a viralizar no Brasil, quando Bruna Sena, uma jovem de 17 anos, também negra e periférica, passou em primeiro lugar no vestibular de medicina na Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto e postou esta frase junto à sua foto em seu perfil do Facebook. As reações estridentes à postagem de Bruna demonstravam que a casa grande parecia estar, de fato, surtando. “Ela é escrava do preconceito e do ódio”, escreveu uma internauta. “Ela é o que a maioria dos negros são: preconceituosos. Ela foi criada assim e só podia trazer esses valores como herança, pobre de espírito”, postou outra (Guimarães, 2017). As reações espetaculosas, raivosas e defensivas à frase expressada por Suzane e Bruna revelam, além do ressentimento pela ascensão social dos setores mais pobres e negros da sociedade brasileira, um profundo desconforto com a associação com a “casa grande”. É importante notar que, ironicamente, esta associação requer que haja, da parte de quem lê ou escuta a frase, uma auto-identificação, ainda que inconsciente, com o seu enunciado. As reações revelam também um paradoxo: por um lado, negam a existência do racismo no Brasil e, por outro, determinam que, se existe racismo, a

culpa seria dos negros por insistirem em trazer à tona esta discussão. Exemplo disto é a afirmação de que Bruna seria “escrava” do preconceito, o que revela uma operação de inversão e apropriação do significado desta palavra: ela seria “escrava” não das relações oriundas da escravidão, mas supostamente do ódio, por decidir enfrentar, em vez de aceitar, o sistema de opressão e privilégio.

A expressão “a casa grande surta quando a senzala vira médica” (ou “quando a senzala aprende a ler”) passou a circular com grande intensidade no Brasil, tanto no mundo virtual das redes sociais – como Facebook, Youtube e WhatsApp – quanto no mundo, por assim dizer, real, aparecendo com grande frequência em cartazes, faixas e camisetas usadas nas manifestações de rua, como os protestos contra o golpe em 2016, as passeatas do #EleNão em 2018 e em defesa da educação e contra a reforma da previdência em 2019. Tanto nestes contextos quanto nas conversas cotidianas, a “casa grande” e a “senzala” passaram a ser mobilizados como símbolos da persistência do racismo e das desigualdades raciais que, embora oriundos da escravidão, ganhavam novo fôlego num momento de reorganização reacionária da sociedade brasileira.

Um exemplo recente da utilização do binômio “casa grande & senzala” se encontra no trabalho de Joyce Fernandes, também conhecida pelo nome artístico de Preta-Rara, para quem a “senzala moderna é o quartinho da empregada” (Preta-Rara, 2019a). Apesar de explicitar apenas um lado do binômio (a senzala), o outro lado, o seu extremo oposto (a casa grande), aparece de modo fortemente implícito na denúncia de Preta-Rara sobre as péssimas condições de vida e de trabalho das empregadas domésticas no Brasil. Tendo trabalhado como empregada doméstica por sete anos e sendo filha e neta de empregada, Preta-Rara foi capaz de quebrar o ciclo das suas ancestrais (o “trabalho hereditário” como ela o define) e se formar como historiadora. Ela é hoje uma ativista, rapper e escritora reconhecida². Seu livro, *Eu, Empregada Doméstica*, reúne centenas de depoimentos colhidos na sua página homônima no Facebook. Apenas nos primeiros quatro meses de existência (de julho a novembro de 2016), sua página recebeu mais de quatro mil depoimentos, feitos principalmente por empregadas domésticas e seus familiares mais próximos (Preta-Rara, 2019b). O binômio casa grande & senzala aparece em muitos destes testemunhos.

Preta-Rara explica que utiliza deliberadamente as palavras *senzala* e *escravidão* a fim de demonstrar a continuidade existente entre as condições de vida e trabalho da escrava doméstica do passado com as da empregada doméstica do presente. Além disso, a reiteração constante das palavras *senzala* e *escravidão* é feita como um contraponto à expressão “elas são parte da família”, comumente usada pelos patrões para descrever as suas relações com as empregadas. Em sintonia com

² A vida e o trabalho de Preta-Rara foram recentemente temas de uma reportagem do jornal *The New York Times* (Londão, 2021).

o discurso das ativistas pelos direitos das trabalhadoras domésticas, a autora argumenta que esta expressão tem um poder desmobilizador, pois não permite que a empregada se veja *como trabalhadora*, a quem devam ser garantidos, portanto, direitos *trabalhistas*³. Falar de senzala e escravidão visa, assim, gerar desconforto nos empregadores: “Aqui no Brasil, o ranço colonial é tão grande que a maioria dos patrões acreditam que as trabalhadoras domésticas são propriedade privada. É a questão de servir. Com o livro, o intuito é realmente provocar esta discussão e ser a pedra no sapato. Gerar incômodo. Por meio dele, conseguimos obter mudanças” (Preta-Rara, 2019b).

O desconforto da classe média tradicional pode de fato ser entendido como uma *consequência* do uso do binômio casa grande & senzala, mas pode ser interpretado também, em vez, como *causa* para a sua crescente utilização por parte de militantes antirracistas. Afinal, a expressão “a casa grande surta...” passou a ser usada para destacar a reação de incômodo da classe média branca diante das mudanças sociais ocorridas no Brasil neste período. Seja como causa, consequência, ou ambos, é importante reconhecer que há uma correlação direta entre o uso cada vez mais amplo do binômio casa grande & senzala (e da expressão “a casa grande surta”) e o desconforto da classe média tradicional brasileira. Ressalto aqui o fato de que o binômio e a expressão têm ganhado popularidade dentro de um contexto marcado pelo surgimento de uma onda reacionária no Brasil, servindo como contraponto à retórica cada vez mais explicitamente racista da branquitude injuriada. A fim de explicar este conceito, é necessário expor primeiro, ainda que brevemente, como os estudos de branquitude no Brasil têm examinado e definido os vários significados da branquitude.

Uma das pioneiras dos estudos de branquitude no Brasil, a psicóloga Maria Aparecida Bento (2002), definiu a branquitude como a identidade social dos brancos e a condição silenciosa do sujeito branco que é concebido e concebe a si mesmo como o modelo universal da humanidade. Bento enfatiza que a neutralidade branca só faz sentido em contraponto ao negro, que é visivelmente marcado e definido como “o outro.” A também psicóloga e também pioneira Edith Piza (2000) entende a branquitude como a identidade dominante, que é considerada normativa, invisível e merecedora de tratamento deferencial. Na mesma direção está o entendimento de Sovik (2009), para quem a branquitude é o atributo daqueles que estão no topo da pirâmide social, sendo assim uma prática social que requer a desvalorização da negritude.

³ Para uma discussão importante sobre a necessidade de desconstruir a noção de que as empregadas domésticas seriam “como se fossem da família”, ver palestras de Cleide Pinto e Valeria Ribeiro Corossacz no webinar “Domestic Workers’ Resistance in Brazil”, de 6 de novembro de 2020.

Atentos à importância das práticas discursivas, estudos mais recentes da branquitude no Brasil têm demonstrado que, devido à narrativa nacional de democracia racial, é necessário identificar como a branquitude opera através de registros que não são sempre explicitamente raciais, como a sexualidade e a intimidade (Ribeiro Corossacz, 2018), a moralidade e a respeitabilidade (Maia, 2017), a mobilidade social (Mitchell, 2017), a disciplina e o merecimento (Miskolci, 2012), e até mesmo a performance linguística (Roth-Gordon, 2016). A coletânea organizada por Tânia Muller e Lourenço Cardoso (2017) inclui artigos que analisam a branquitude como identidade racial e em sua associação com privilégios simbólicos e materiais, representando uma contribuição importante para os estudos críticos da branquitude no Brasil.

A definição de Richard Miskolci (2012) da branquitude como um ideal criado pelas elites brasileiras no final do século 19 através de discursos políticos, médicos e literários é muito produtiva para explicar como, funcionando discursivamente, o desejo pela branquitude atravessa as fronteiras raciais e de classe. A branquitude é o cerne do que Miskolci criativamente chama de *o desejo da nação*, o ideal que preencheria os espaços dos corpos, das cidades e dos valores culturais. A rejeição, o desprezo e o medo das elites em relação às “massas” têm, desde então, sustentado o caráter autoritário do projeto nacional brasileiro, alimentando uma ordem biopolítica que impõe sobre a população pobre e não-branca uma disciplina moralizante que busca embranquecer a cultura e a sociedade brasileiras.

Concordando com estas definições de branquitude como identidade racial, condição social, prática cultural e ideal nacional, proponho que a branquitude seja entendida também como um valor social, a ser preservado, por aqueles que já o detêm, e a ser obtido, por aqueles que ainda não o possuem. Se as identidades, condições, práticas, ideais e valores são produzidas através dos discursos, então é preciso atentar para os medos e desejos que estes revelam. É importante ressaltar que analisar a branquitude como configuração discursiva e política cultural afetiva não significa ignorar os sentidos da branquitude como experiência vivida e corporificada. Pelo contrário, a análise discursiva contribui para o entendimento de como a branquitude funciona, simultaneamente, como uma expressão e um mecanismo de reprodução do racismo e outras formas de discriminação, como argumenta Ribeiro Corossacz (2018).

No contexto específico do Brasil, a branquitude como ideal e valor social precisa ser compreendida à luz de uma longa história de escravidão (1532-1888) que moldou profundamente a sociedade, a cultura e a política brasileiras. A escravidão no Brasil atravessou todos os estratos sociais e não era necessário ser rico para ser um proprietário de escravos. Padres, pequenos comerciantes, pequenos proprietários e mesmo muitos ex-escravos possuíam escravos. O legado

da escravidão continua a alimentar uma hierarquia racial profunda que abrange: a crença na superioridade branca e na inferioridade negra; a associação entre negritude e trabalho manual (Pinho e Silva, 2010; Pinho, 2015); a noção de que os negros e os pobres devem “ficar no seu lugar”, tanto física quanto simbolicamente; o autoritarismo da vida cotidiana; e a combinação de um medo generalizado da negritude e um desejo generalizado pela branquitude. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da república em 2003, todos os componentes desta hierarquia racial foram abalados, gerando o fenômeno que chamo de branquitude injuriada.

Branquitude Injuriada

Entre 2003 e 2016, o Brasil foi governado, pela primeira vez em sua história, por um partido de centro-esquerda, o PT, que ficou no poder por quatro presidências consecutivas. Ex-operário de fábrica e ex-sindicalista, o nordestino Luiz Inácio Lula da Silva presidiu o país por dois mandatos. Em seguida, elegeu e reelegeu a sua sucessora, a economista e ex-guerrilheira Dilma Rousseff, a primeira presidente mulher do Brasil, cujo segundo mandato foi interrompido por um golpe parlamentar em 2016. Semelhante a outros governos da esquerda latino-americana da chamada maré rosa, os governos do PT aproveitaram o boom global das commodities para fortalecer o mercado interno e o estado de bem estar social. Durante o período em que governou o Brasil, o PT estabeleceu programas importantes de redistribuição de renda, como o Fome Zero e o Bolsa Família⁴, e promoveu a valorização do salário mínimo e a expansão do mercado de trabalho. Estas políticas ofereceram aos membros das classes mais baixas novas oportunidades de emprego e um acesso muito mais amplo ao consumo. Estima-se que ao longo destes treze anos aproximadamente 40 milhões de brasileiros ascenderam socialmente (Neri, 2012 e 2014; Klein et al., 2018).

De um modo geral, a classe média tradicional reagiu de maneira estridente a estas e outras importantes transformações sociais ocorridas neste período, tendo entendido a ascensão social dos mais pobres como uma ameaça à sua própria existência. Seguindo Klein et al. (2018), a classe média tradicional é aqui definida como aquela que é formada por profissionais liberais, cuja riqueza familiar os antecede há gerações. Possuem, via de regra, casa própria, educação de nível

⁴ O Programa Fome Zero foi criado pelo governo Lula em 2003 para combater a fome e garantir a segurança alimentar dos brasileiros. Baseou-se num conjunto de políticas públicas, na distribuição de comida diretamente para comunidades pobres e na construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Bolsa Família foi implementado também em 2003 e se caracterizou como um programa de transferência de renda, condicionado à matrícula escolar e vacinação de crianças das famílias beneficiárias.

superior e capital social e cultural relativamente altos. Acima de tudo, se caracterizam por uma forte identificação com as classes mais altas e uma profunda desidentificação em relação às classes mais baixas. À medida em que as fronteiras de classe, historicamente muito rígidas no Brasil, passaram a ser minimamente suavizadas, a classe média tradicional se posicionou rápida e energicamente em defesa destas fronteiras, levando vários analistas a identificarem o “ressentimento de classe” como uma das molas propulsoras da onda reacionária (Souza, 2016; Miguel, 2018; dentre outros). Do meu ponto de vista, a reação estridente da classe média tradicional não pode ser compreendida apenas como um posicionamento de classe; precisa ser estudada também a partir de seus significados raciais. Afinal, esta mesma classe média tradicional é predominantemente branca e ocupa uma posição de superioridade dentro da hierarquia racial brasileira. Além disso, a suposta neutralidade racial da branquitude também foi abalada devido ao processo de ascensão social dos milhões de brasileiros pobres, que são em sua maioria negros, principalmente à medida em que estas pessoas passaram a frequentar espaços antes apenas ocupados quase que exclusivamente por brasileiros brancos e de classe média⁵. O ressentimento, que tem sido definido como uma reação de classe, deve ser, portanto, entendido também de acordo com as suas conotações raciais, daí a necessidade do conceito de *branquitude injuriada*.

A *branquitude injuriada* resulta de uma crise do modelo social devido a uma alteração no status quo e uma perda de poder, real ou imaginada, do grupo dominante. O desafio posto à premissa de que pobres e negros devem ficar em “seu lugar”, tanto física quanto simbolicamente, despertou o medo, sempre existente porém dormente, da alteridade. À medida em que o Outro começou a cruzar cada mais as fronteiras que o mantinham separado e contido, a identidade dominante se viu ameaçada. E ao se sentir ameaçada, a branquitude se tornou cada vez mais defensiva e, como consequência, visível. Durante os governos do PT, a branquitude brasileira se viu interpelada, no sentido de ser “convocada” e definida de fora para dentro, pelo Outro (Hall, 1996), quando, ao longo de toda a história do Brasil, havia funcionado como a identidade universal e padrão, posição a partir da qual se definiu a si mesma e aos outros. As transformações sociais ocorridas durante os governos do PT criaram uma nova conjuntura, que colocou em risco a posição confortável de neutralidade racial e relativa invisibilidade da branquitude brasileira.

⁵ A maioria dos pobres que ascenderam socialmente entraram para a chamada Classe C. As classes sociais no Brasil são divididas em um sistema descendente que vai de A a E, onde A = mais rico e E = mais pobre. Para uma análise importante do fenômeno de ascensão social no Brasil durante os governos do PT, ver Klein et al., 2018 e Neri, 2012 e 2014.

Apesar das limitações inerentes ao processo de ascensão social através do consumo, promovido pelos governos do PT, o aumento do poder de compra dos mais pobres durante este período teve um efeito crucial na produção da branquitude injuriada. Como se sabe, o consumo é fundamental para a preservação das distinções sociais. A capacidade de consumir produtos caros valida a posição de determinadas classes na hierarquia social, principalmente quando este privilégio é restrito a poucos. Mas o poder simbólico do consumo é também corroborado através do acesso aos espaços onde o consumo acontece. Quanto mais restrito o acesso, maior o poder simbólico do consumo. No caso do Brasil, os shopping centers, os aeroportos e até mesmo os aviões tornaram-se espaços primordiais de disputa da branquitude injuriada à medida em que passaram a ser gradualmente frequentados por pessoas não-pertencentes à classe média branca tradicional. Não é à toa que Suzane da Silva, no testemunho contundente com o qual inicio este artigo, declarou que, como médica negra de cabelos crespos, ela desafiará as fronteiras da exclusão para entrar não apenas no hospital e no Palácio do Planalto, mas também no avião.

À medida em que um número cada vez maior de brasileiros pobres e negros passou a consumir produtos e acessar espaços antes inalcançáveis, a branquitude injuriada se tornou cada vez mais ruidosa e, conseqüentemente, mais evidenciada. Vários exemplos deste processo tiveram grande repercussão nas mídias tradicionais e digitais. Um caso famoso foi o da jornalista Danuza Leão, que disse que já não mais valia a pena viajar para Nova York, já que teria se tornado possível se deparar por lá com o porteiro do seu prédio (Geledés, 2012). Comentários do tipo “o aeroporto agora se parece com a rodoviária” tornaram-se emblemáticos da nova conjuntura, revelando não apenas um ressentimento de classe, mas também um repúdio ao fato de que setores sociais racializados como não-brancos não poderiam mais ser excluídos de determinados espaços. A “geografia social da raça” — ou o que Ruth Frankenberg (1993, p. 44) havia definido como o mapeamento simbólico do Eu e do Outro a partir do mapeamento racial e étnico dos ambientes em termos físicos e sociais — estava mudando de forma muito dramática para aqueles cujas identidades estão firmemente associadas ao privilégio de habitar espaços exclusivos.

Neste mesmo período, um outro espaço que passou a ser ocupado por corpos não brancos foram as universidades públicas brasileiras. A expansão das ações afirmativas no ensino superior, que culminou na implementação da Lei de Cotas, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2012, resultou em uma mudança bastante visível na composição demográfica dos estudantes, já que possibilitou a entrada nas universidades de um número nunca visto de alunos pobres, negros e indígenas. Embora iniciativas importantes de inserção de estudantes negros nas universidades públicas já ocorressem, de forma

descentralizada, desde 2003, a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) tornou obrigatório que 50% das vagas das universidades federais fossem oferecidas a alunos oriundos de escolas públicas e, desse total, um percentual correspondente à composição racial de cada estado passou a ser reservado para alunos negros e indígenas. Entre 2003 e 2014, o número de estudantes negros nas universidades federais brasileiras aumentou em 178% (ANDIFES, 2016). Por exigirem identificação racial da parte de seus beneficiários, as cotas raciais tornaram não apenas a negritude mais discernível e demarcada; a branquitude, como consequência, tornou-se também mais visível e evidenciada. Neste sentido, as cotas raciais também tiveram uma profunda importância no processo de produção da branquitude injuriada, não apenas porque obrigou o branco a se definir como branco e, portanto, a abrir mão do conforto da “neutralidade” racial, mas também porque gerou reações estridentes e possessivas sobre quem mereceria estar nos bancos das universidades. Como muito bem posto pela intelectual e militante negra Sueli Carneiro, as cotas “forçaram os brancos a se manifestarem como brancos, em defesa dos seus interesses. Promoveram a militância branca como nunca antes vista (...)” (LASA, 2017, p. 46).

A reação possessiva da branquitude injuriada em relação à entrada de negros e pobres nas universidades é um dos principais temas abordados nos depoimentos colhidos no livro de Preta-Rara. Surpresa, descrença e despeito são as principais expressões de patrões e seus filhos ao saberem que um filho ou filha da empregada havia entrado na universidade. Este depoimento de um filho de uma trabalhadora doméstica, por exemplo, revela não apenas o desconforto da classe média diante da sua presença num campus universitário como também a associa ao rebaixamento do nível das universidades: “Eu sou o primeiro da minha família a entrar numa universidade e certo dia, estudando na biblioteca, fui obrigado a ouvir os filhos dos patrões cantar em coro em um trote da Engenharia Civil da universidade federal em que estudo: ‘P... que pariu, hoje em dia até o filho da empregada faz Civil’” (Preta-Rara, 2019a, p. 48). Num testemunho emocionado, outro estudante, também filho de uma trabalhadora doméstica, conta que, depois de trabalhar por mais de vinte anos numa mesma casa onde morava com a família que a empregava e mal tinha horário de descanso, sua mãe foi sumariamente demitida. O motivo? A sua “ousadia” por ter construído casa própria para poder ir e vir do trabalho diariamente, bem como a do seu filho que “teve a audácia de passar no mesmo curso que a patroa havia se formado, na melhor e na mais elitista Universidade do estado” (Preta-Rara, 2019a, p. 200).

Além das cotas raciais, outras políticas de inserção de negros e pobres nas universidades, ainda que privadas, como o PROUNI, foram também alvo do ressentimento da branquitude injuriada. A filha de uma trabalhadora doméstica conta que na casa em que sua mãe trabalhava, “ela falou para o patrão que eu havia

entrado na faculdade (ProUni). Ele falou que eu não deveria perder tempo fazendo faculdade e sim um curso de manicure que era mais de acordo comigo” (Preta-Rara 2019a, p. 234). Além de expressarem que negros e pobres deveriam “saber o seu lugar”, as reações da branquitude injuriada fizeram uso também do ideal da meritocracia na retórica de defesa da manutenção da universidade como um espaço branco. Algumas das reações à postagem de Bruna Sena, a jovem negra que divulgou a expressão “a casa grande surta quando a senzala vira médica”, mencionada no começo deste artigo, alegavam que a conquista de Bruna seria uma prova concreta da dispensabilidade de cotas raciais. Uma das respostas exclamava: “Esse povo é cheio de mimimi, td [sic] idiota mesmo, meu sogro na época dele andava quase 5 km pra estudar... lutou e conseguiu, sem essas ajudas de governo, estudou, fez” (Guimarães, 2017). O discurso da meritocracia, ao ignorar como os indivíduos oriundos de classes e grupos raciais diferentes se beneficiam de modos muito distintos de privilégios, oportunidades e tipos variados de capital (econômico, social e cultural), sobrevaloriza, inerentemente, a branquitude. Invisibilizando os processos de reprodução das assimetrias, o ideal da meritocracia contribui, portanto, para a naturalização da desigualdade racial e a preservação do status quo.

Uma das principais consequências da ascensão social promovida durante os governos do PT foi que muitas empregadas domésticas passaram a encontrar outras oportunidades de trabalho, que lhes conferiam melhores salários, mais benefícios e a possibilidade de se afastar do estigma do trabalho braçal e socialmente desvalorizado no Brasil. Entre 2009 e 2011, o número de empregadas domésticas caiu de 1.652.000 para 1.554.000. A maior procura e a menor oferta por empregadas domésticas contribuiu para o aumento salarial da categoria, que aumentou 5.2% acima da inflação, ao passo que o aumento salarial geral das demais categorias subiu apenas 2.6% naquele mesmo período (Pinho, 2015, p. 125). A classe média tradicional, acostumada a contar com a grande disponibilidade desta mão de obra barata, encarou esta mudança como mais um ataque ao seu modo de vida e sua posição social. A declaração de uma dona de casa brasileira, na véspera da posse da presidenta Dilma Rousseff em 2010, deixa claro o seu desespero por uma empregada, ao mesmo tempo em que descreve o Bolsa Família como um programa que teria permitido às mulheres pobres que parassem de trabalhar: “Meu desejo para 2011 é que Dilma interrompa o Bolsa Família. Eu preciso de uma empregada! Mas com o governo oferecendo Bolsa Família, os pobres não querem mais trabalhar!” (Pinho, 2015, p. 123). Os programas implementados pelos governos do PT visavam incrementar a renda das famílias mais pobres, mas, evidentemente não substituíam a necessidade de trabalhar por salários. Sugerir o contrário é endossar o estereótipo de que pobres, que são em grande maioria negros no Brasil, seriam inerentemente preguiçosos.

A associação entre negritude e trabalho doméstico se fez evidente também por ocasião da chegada no Brasil de médicos cubanos, através do programa Mais Médicos. Implementado com o intuito de diminuir o déficit de profissionais de saúde nas áreas mais pobres e remotas do país, o programa importou temporariamente milhares de médicos estrangeiros, muitos dos quais cubanos e negros. A reação da jornalista Micheline Borges exemplifica a sensação de espanto da branquitude injuriada diante de médicos negros. Ela declarou na sua página do Facebook: “Me perdoem se for preconceito, mas essas médicas cubanas tem uma cara de empregada doméstica. Será que são médicas mesmo??? Afe, que terrível. Médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se impõe a partir da aparência... Coitada da nossa população (. . .)” (citado em Gonçalves 2013, n/p). Em uma excelente análise desta reação, a escritora Ana Maria Gonçalves (2013, n/p) publicou um texto de título “A Branquitude está nua”, no qual afirma: “Para Micheline Borges, as médicas cubanas não têm “boa aparência” e, portanto, deveriam ser empregadas domésticas, posição na qual ela deve estar acostumada a lidar com negros. Posição na qual, do alto de sua branquitude, ela se sente confortável”.

A reação da categoria médica não foi muito diferente. Apesar de muitos médicos brasileiros, em sua maioria oriundos da classe média branca, se recusarem a trabalhar nas áreas periféricas do país, a categoria de um modo geral reagiu de modo estridente à chegada dos médicos estrangeiros, principalmente os cubanos. Além de criticá-los por não falarem português ou conhecerem a sociedade brasileira, acusavam-nos de serem “escravos” do governo cubano. Embora o argumento, em teoria, se devesse ao fato do governo de Cuba recolher uma porcentagem dos salários dos médicos, não é possível ignorar a facilidade com que o termo “escravo” fosse projetado nos profissionais negros. Mas a ocasião em que a branquitude injuriada esbravejou mais alto foi quando um grupo de aproximadamente 50 médicos brasileiros se dirigiu ao Aeroporto Internacional de Fortaleza em 2013 para receber os médicos cubanos aos gritos, vaias e xingamentos, submetendo-os a passar ainda por um humilhante corredor polonês (Guaresemín, 2013).

Como estes exemplos demonstram, a branquitude injuriada passou a se tornar cada vez mais aparente à medida em que a classe média tradicional reagia de forma cada vez mais estridente às mudanças sociais. Como argumenta Esther Solano (2018, p. 13), houve uma “reorganização neoconservadora” na sociedade brasileira durante os governos do PT, onde “as posturas autoritárias e antidemocráticas” das classes dominantes tornaram-se muito mais explícitas. Nas palavras de Luís Felipe Miguel, este período foi marcado pela “paulatina ampliação do politicamente dizível” onde a extrema-direita propagou um “discurso contrário à solidariedade social”, permitindo que “uma fatia importante

das classes médias assumisse de forma clara seu desconforto com a redução que a separava dos pobres” (Miguel, 2018, p. 26).

Não é à toa, portanto, que a expressão “a casa grande surta quando a senzala aprende a ler/vira médica” surge neste contexto, se estabelecendo como contraponto à retórica crescentemente racista e reacionária da branquitude injuriada. Um depoimento feito por um filho de uma empregada doméstica, colhido no livro de Preta-Rara, ilustra de forma clara e contundente como o uso do binômio casa grande & senzala, ainda que explicitando apenas um de seus lados, desvenda o incômodo da branquitude injuriada diante das mudanças sociais: “A casa grande vai cair e vocês vão ter que limpar a própria merda, queridos. Vai ter preto e pobre nas ‘suas’ Universidades, nos ‘seus’ espaços e onde mais a gente quiser e não adianta surtar porque nós vamos continuar ousando muito mais” (Preta-Rara, 2019, p. 200).

Embora eu tenha cunhado o conceito de branquitude injuriada inicialmente em inglês (Pinho, 2021), desenvolvê-lo em português abre nossas possibilidades de significados, que abarcam, de forma ao mesmo tempo mais ampla e mais precisa, este fenômeno. Enquanto na língua inglesa a palavra *injured* significa ser ou estar fisicamente ferido/a ou simbolicamente ofendido/a⁶, a palavra *injuriado/a* tem, em português, além destes significados, as conotações também de indignado/a, ultrajado/a e enraivecido/a. De acordo com *Dicionário de Língua Portuguesa Michaelis* (n/p), injuriado/a é aquele “que sofreu injúria; que foi alvo de injúria; ou que está tomado por cólera ou irritação por motivo de aborrecimento, por se sentir injustiçado ou por erro cometido”.

A ascensão social dos pobres e negros durante os governos do PT representou, para a classe média branca tradicional brasileira, um erro, uma injúria. As políticas públicas que visaram promover uma maior *justiça* social foram compreendidas por este setor da sociedade brasileira como uma *injustiça*, já que promoveu uma mudança, ainda que tênue, no status quo e afetou as fronteiras intersectadas de classe e raça que preservavam a superioridade da sua condição social e o conforto da sua neutralidade racial. Não coincidentemente, outra expressão que também passou a ser enunciada, embora com menor frequência, desde então é “a branquitude saiu do armário.” É necessário, portanto, analisar, como estas expressões idiomáticas funcionam como estratégias antirracistas de desvendamento da branquitude injuriada no Brasil contemporâneo.

⁶ De acordo com o *Oxford Learner’s Dictionary*, *injured*: “physically hurt; having an injury”; “upset or offended because something unfair has been done.”

Desvendando a Branquitude Injuriada

A fim de entender a expressão “a casa grande surta...” em seu uso contemporâneo por militantes antirracistas, é necessário recuperar o sentido original do binômio grande & senzala e analisar como e com que intuito havia sido divulgado no livro homônimo de Gilberto Freyre. Embora Freyre não tenha cunhado o termo democracia racial e nem mesmo o tenha mencionado na sua obra clássica *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, este livro serviu, fundamentalmente, como um dos principais arcabouços desta narrativa nacional que se tornou dominante na definição do Brasil. Analisando a contribuição de portugueses, negros e indígenas para a formação do Brasil colonial, o livro contribuiu para disseminar uma ideia de Brasil calcada na valorização da mestiçagem racial e cultural, onde a intimidade sexual e a aproximação física teriam superado a hierarquia entre escravos e senhores, fundando um país onde diferenças raciais teriam dado lugar a uma gradativa harmonia social.

Embora originalmente o binômio casa grande & senzala tivesse sido usado para se referir à propriedade rural no regime escravocrata brasileiro, e apontasse mais para o caráter físico das estruturas materiais destas propriedades, gradativamente passou a significar também a coexistência simbiótica entre os habitantes destas construções. Freyre teve um papel fundamental tanto na idealização desta simbiose quanto na disseminação do significado simbólico do binômio. No texto “Como e Porque Escrevi Casa Grande & Senzala”, publicado em 1968, Freyre explica que adotou o binômio casa grande & senzala não apenas para dar título ao seu livro, mas para poder captar aquilo que ele via como a característica distintiva da sociedade brasileira, definida por ele como o resultado da interpenetração da cultura dos senhores com a cultura dos escravos, onde os últimos, embora tivessem sido socialmente dominados, teriam sido culturalmente dominantes. Freyre argumenta que, na ecologia social e física do Brasil, a *casa-grande* teria sido mais do que uma construção material onde habitava o senhor e sua família; era o símbolo do status da *dominação*. E a *senzala* teria sido mais do que a estrutura física onde habitavam os escravos; era o símbolo do status da *subordinação*. O signo & é vital para esta equação pois representa a interpenetração intensa que teria ocorrido entre a casa grande e a senzala, caracterizando assim, de modo fundamental, a sociedade brasileira. Como conjunção aditiva, o signo &, conhecido em inglês como *ampersand* e em português como “e comercial”, seria a representação da dinâmica democratizante que gradualmente teria substituído a assimetria entre o senhor e o escravo. O binômio casa grande & senzala expressa assim o famoso “equilíbrio dos antagonismos” (Freyre, 1978, p. 53), onde a intimidade teria superado a hierarquia, e onde a brasilidade teria dissolvido as fronteiras raciais.

Este significado do binômio casa grande & senzala difere profundamente do sentido que possui hoje ao ser mobilizado por intelectuais e militantes antirracistas. Embora preservando a casa grande como símbolo de dominação e a senzala como símbolo de subordinação, o binômio não mais expressa a suposta capacidade brasileira de superação dos conflitos raciais, mas exalta agora, em vez, o seu exato oposto: o antagonismo entre negros e brancos e como o legado da escravidão tem continuamente beneficiado os últimos, material e simbolicamente. O uso do binômio no momento presente funciona também para mostrar como a violência da escravidão é preservada e ampliada no interior de um sistema capitalista, espelhando o sentido demonstrado na pesquisa de Ribeiro Corossacz (2020), onde trabalhadoras domésticas fazem referência constante à escravidão e ao período colonial para enfatizar as incongruências do presente. Ao inverter o significado original — de equilíbrio dos antagonismos — para enfatizar o contrário — a persistência do conflito —, o binômio passou a representar assim uma crítica frontal à narrativa do Brasil como democracia racial. Se contrapõe tanto à noção freyriana de cultura brasileira quanto à noção freyriana de sociedade brasileira, já que rejeita a ideia de que a mestiçagem cultural e racial teria igualado a todos, bem como expõe a continuação da distância social entre os descendentes da casa grande e os descendentes da senzala.

Uma outra diferença fundamental entre o uso do binômio por Freyre no passado e o seu uso no presente por militantes antirracistas está no próprio sujeito da enunciação e a quem este tem o poder de representar. De acordo com Freyre, um aspecto importante de *Casa Grande & Senzala* (tanto o livro quanto a narrativa nacional) é que, apesar de escrito por um homem branco, de classe alta e descendente de senhores de escravos, teria tido o intuito de representar perspectivas múltiplas e até mesmo opostas. Freyre explica que ele teve como objetivo falar em nome de brasileiros das mais variadas matizes:

não só senhoril como servil; não só europeu como não-europeu; ou especificamente indígena, mouro, judeu, negro, africano, e, mais do que isto: mulher, menino, escravo, oprimido, explorado, abusado, no seu **ethos** e no seu **status**, por patriarcas e por senhores” (1968, p. 117, ênfase no original).

A principal característica do livro, e o seu aspecto mais inovador, teria sido assim, na opinião de Freyre, “o seu múltiplo e por vezes simultâneo perspectivismo” (1968, p. 118).

O que Freyre vislumbrou como “empatia” por pontos de vista diferentes e complementares seria hoje considerado uma prática do privilégio branco: a de se sentir no direito de falar em nome dos outros. O poder de supostamente representar perspectivas múltiplas não apenas confirma a suposta neutralidade

branca como revela o centramento da própria branquitude, que não costuma normalmente enxergar a si mesma. Nas sábias palavras de Edith Piza, “ser branco no Brasil é viver sem se notar racialmente” (2000, p. 18). É importante lembrar que o ideal de mestiçagem pregado por Freyre nada tinha de simétrico, já que não apenas girava em torno do homem branco, mas também o concebia como o principal beneficiário da mistura racial e cultural.

O uso contemporâneo do binômio casa grande & senzala desconstrói o privilégio de poder falar a partir de todas as perspectivas, pois reposiciona o/a sujeito/a da enunciação como aquela/e que fala *a partir* do ponto de vista da senzala e *a respeito* daqueles que habitam a casa grande. Não apenas já não é mais possível para um sujeito falar em nome de toda uma sociedade; não é mais aceitável ignorar que as identidades social, racial, de gênero e sexual moldam o ponto de vista do/a sujeito/a enunciator/a. Embora a influência das identidades sobre os pontos de vista de quem fala não deva ser entendida de modo estático ou essencialista, não deve ser, por outro lado, caracterizado como “identitarismo”, esta palavra tão em voga hoje no Brasil e que erroneamente desmerece e desvaloriza as lutas raciais, sexuais e de gênero como se fossem secundárias ou mesmo supérfluas.

Com a entrada de um número recorde de alunos negros nas universidades brasileiras ao mesmo tempo em que se ampliaram as oportunidades de comunicação através das redes sociais, a *senzala* tem falado cada vez mais por si mesma, desafiando assim a hegemonia branca sobre a posição de enunciação. E as mulheres negras têm sido as principais protagonistas desta mudança, atuando como enunciadoras fundamentais da resistência antirracista no Brasil. Não coincidentemente, as protagonistas mencionadas no começo deste artigo (Suzane da Silva, Bruna Sena e Preta-Rara) tiveram grande impacto e visibilidade no uso do binômio casa grande & senzala e da expressão “a casa grande surta...” Estas enunciadoras trilham os caminhos abertos por outras mulheres negras que, desde a escravidão, desafiam os limites impostos às suas condições de vida e pensamento⁷. Dentre as pensadoras negras modernas, destacam-se, para mencionar apenas alguns exemplos, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. Ambas criticaram, de forma pioneira, o discurso da democracia racial e contribuíram para o reconhecimento de negros e negras como legítimos produtores de conhecimento⁸.

A multifacetada Lélia Gonzalez, que atuou, ao longo da sua vida, como militante antirracista, professora universitária, filósofa, antropóloga e política eleita, priorizou, em sua obra e luta, as condições de vida da mulher negra no Brasil. Antecipando-se à teoria da interseccionalidade, Gonzalez apontou para a

⁷ Para uma importante compilação de intervenções feitas por mulheres negras, ver a excelente coletânea organizada por Bianca Santana, 2019.

⁸ Sobre a vida e obra de Beatriz Nascimento, ver importante trabalho de Ratts, 2006.

articulação de classe, raça e gênero na produção tanto das opressões quanto das resistências. Seu trabalho contribuiu para a identificação e desconstrução dos estereótipos que reduziram as mulheres negras na sociedade brasileira a dois papéis principais: a mulata hiper-sexualizada e a empregada doméstica, atualizações, respectivamente, da mucama e da mãe preta do tempo da escravidão. Estes estereótipos seriam, assim, dois lados da mesma moeda e exemplos de como o mito da democracia racial exerce sua violência simbólica sobre as mulheres negras. Ao criticar o mito, Lélia Gonzalez critica também o seu sujeito enunciativo e desbanca a hegemonia branca sobre a produção das representações do Brasil e sua gente. Afinal, os termos mulata e doméstica seriam, ao seu ver, “atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos *vistas*” (2020 [1983], p. 80, ênfase no original).

Neste sentido, o trabalho de Gonzalez contribuiu também, de modo fundamental, para o protagonismo intelectual negro e para o direito das mulheres negras à posição de enunciação. Se os negros estariam na “lata de lixo” da sociedade brasileira (2020 [1983], p. 77), como ela argumentou ironicamente, e tem, portanto, sido falado pelos outros, seria a hora da/o negra/o assumir a sua própria fala. “Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (2020 [1983], p. 78). Lélia Gonzalez foi pioneira em muitos sentidos e os seus escritos anteciparam muitas das discussões sobre racismo, negritude e branquitude que ocorrem atualmente no Brasil. Para se pensar melhor sobre o que hoje se chama de “identitarismo”, por exemplo, vale a pena escutar atentamente o seu pensamento sobre a condição de onde fala a mulher negra: “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*” (2020 [1983], p. 76, ênfase no original). Antecedendo-se aos estudos sobre a branquitude, a obra de Lélia Gonzalez destacou o fenômeno do “branco enfezado”, isto é, o branco que se zanga diante do “atrevimento” do/a negro/a, seja por querer falar por si, seja por não “saber o seu lugar” (2020 [1983], p. 75); no caso da mulher negra, lugar este restrito ao de mulata carnavalesca ou empregada doméstica.

Não é à toa que as três protagonistas mencionadas aqui fazem uma correlação direta entre suas identidades e o trabalho doméstico e a reação de injúria que decorre quando esta expectativa não se concretiza. Suzane da Silva deixa claro o quanto é chocante para a branquitude injuriada que uma mulher negra como ela, que “tinha tudo para ser uma excelente babá, faxineira ou empregada doméstica”, esteja estudando para se tornar médica. Bruna Sena, cuja mãe é operadora de caixa de supermercado, associou o incômodo gerado pela sua aprovação no vestibular de medicina na USP com o lugar normalmente prescrito para a empregada doméstica e sua família no Brasil: “Claro que a ascensão social do negro incomoda, assim como incomoda quando o filho da empregada melhora

de vida, passa na Fuvest” (Marques, 2017). E Preta-Rara identifica uma linha direta entre a mentalidade escravocrata dos patrões e as condições de vida e trabalho das empregadas domésticas, já que o Brasil vive uma “abolição não concluída” (2019a, 28). Lembra que Preta-Rara utiliza as palavras *senzala* e *escravidão* para criticar “o lugar da/o negra/o” e refutar a expressão de que as empregadas são “como se fossem da família”? É bastante revelador que Gilberto Freyre, enquanto escrevia *Casa Grande & Senzala*, se isolou numa casa de sua família na zona rural pernambucana, tendo a seu serviço, durante o dia, “o velho Manuel Santana, preto nascido ainda no tempo da escravidão e durante longo tempo membro, por assim dizer, da nossa família; e de certo modo meu colaborador, através de informações orais, na elaboração do livro *Casa Grande & Senzala*” (1968, p. 132). O negro estava, assim, “no seu lugar”: servindo como membro (propriedade) da família branca e sendo utilizado como fonte de conhecimento para o sujeito branco enunciativo.

Conclusão

Como vimos ao longo deste texto, a branquitude injuriada tem saído do armário através de duas formas principais: revelando-se por conta própria – à medida em se tornou cada vez mais estridente e visível – e ao ser desvendada, processo para o qual a expressão “a casa grande surta” e o binômio casa grande & senzala contribuem de maneira importante. Fundamental para estes dois processos é que já não é mais possível *ignorar* a existência do racismo no Brasil nem *silenciar* aqueles que buscam trazer este assunto à tona. Ao inverter o significado original do binômio casa grande & senzala (de equilíbrio dos antagonismos para a ênfase no conflito racial), a expressão “a casa grande surta...” desafia tanto a ignorância branca quanto o silenciamento negro, empurrando a branquitude injuriada para fora do armário.

Como Sedgwick (2008) argumentou em *Epistemology of the Closet*, a ignorância e o silêncio são componentes fundamentais dos discursos. Em vez de uma genérica ausência de conhecimento, a ignorância é sempre intrínseca a tipos particulares de conhecimento. A ignorância é, portanto, um “privilegio epistemológico” já que permite, ao interlocutor que tem ou finge ter menos conhecimento sobre um determinado assunto, definir os termos da conversa (Sedgwick, 2008, p. 4). Enquanto escolheu ignorar os efeitos do racismo, a branquitude havia definido os parâmetros do diálogo em torno destas questões. Contudo, a onda reacionária que surgiu durante os governos do PT tornou inviável a manutenção do silêncio em torno do racismo e da discriminação racial no Brasil. À medida em que já não é mais possível preservar o silêncio em relação ao racismo e a negação em relação à posição de poder de cada um de acordo com

sua identidade racial, a branquitude já não pode mais operar de forma neutra ou invisível. Se sair do armário se refere a algo que está escondido, esta expressão só pode ser aplicada a uma identidade que já é visível e corporificada se sair do armário não for uma representação de *revelação*, mas de *afirmação* e, no caso analisado aqui, *confirmação* de uma posição de poder. A metáfora do armário tem um significado muito diferente quando aplicada à branquitude do que quando aplicada a identidades oprimidas. Sair do armário como LGBTQ significa a superação da vergonha e a libertação de um sistema heteronormativo opressivo, sendo, portanto, um passo fundamental em direção a uma sociedade mais inclusiva. Já a branquitude que saiu do armário durante o crescimento da onda reacionária se norteou pelo ato performativo de reivindicação da manutenção do privilégio.

É importante ressaltar, contudo, que nem toda a branquitude no Brasil se revelou injuriada como decorrência das transformações sociais ocorridas durante os governos do PT. Se, por um lado, uma branquitude injuriada de fato se revelou e saiu do armário, houve, por outro lado, um processo muito importante de sensibilização e conscientização, ainda que muito limitado e tardio, entre alguns setores brancos no Brasil. Embora minoritários, alguns setores brancos se mostraram abertos a admitir a existência do racismo e dos seus privilégios – reconhecendo a máxima posta por Sueli Carneiro (2014) de que não é preciso ser signatário da branquitude para ser dela um beneficiário – e dispostos a transformarem a si mesmos e os espaços que ocupam. A entrada de um grande número de estudantes negros nas universidades, por exemplo, demandou um enegrecimento do currículo, fazendo com que muitos professores brancos se dessem conta, às vezes pela primeira vez, da hegemonia branca no conteúdo dos seus cursos. O campo da comunicação também passou por um processo, ainda que incipiente, de conscientização e reconfiguração, que se nota tanto na participação de um número maior de jornalistas e apresentadores de televisão negros como numa maior atenção dada aos temas raciais nas pautas destes programas.

A fim de manter viva a esperança, encerro este artigo com uma demonstração de que uma branquitude consciente e solidária é possível, mesmo que esteja se desenrolando de forma ainda bastante embrionária. Tomo como exemplo a transformação ocorrida no grupo de comédia Porta dos Fundos, que não apenas passou a incluir criadores de conteúdo e atores e atrizes negros/as numa equipe que antes era inteiramente branca, como começou a produzir episódios que lidam diretamente com as questões do racismo, do privilégio branco, da invisibilização e silenciamento dos negros e da ignorância epistemológica dos brancos. No episódio “Nota de Repúdio”, duas atrizes negras começam a fazer uma declaração em apoio ao movimento Vidas Negras Importam, quando são interrompidas por dois colegas brancos que ficam

afirmando chavões como “somos todos iguais, não importa a cor da pele”, “todas as vidas importam”, etc. Em vez de escutar o que elas têm a dizer, eles ficam “mansplaining” e “whitesplaining” o racismo para mulheres negras. As enunciadoras recorrem então à estratégia de, literalmente, colocar palavras nas bocas dos atores. Ao mesmo tempo utilizando e subvertendo a autoridade branca e masculina do sujeito enunciador, o vídeo então mostra uma dublagem deliberadamente descasada e bem-humorada onde *vemos* os homens brancos falando, mas *escutamos* as vozes das mulheres negras dizendo:

Quantas vidas pretas valem a minha? O que mais precisa acontecer para que eu, branco, perceba que sou parte fundamental para a solução disso tudo? Eu tenho certeza que durante a escravidão, também existiam vários brancos bem-intencionados como eu, que lamentavam a sorte do povo preto, enquanto comprava um deles. O que eles poderiam ter feito de diferente? O que nós podemos fazer? Quem não luta contra o racismo, tá lutando a favor dele. Racismo tá nos detalhes, na brincadeira, no olhar e quando você percebe que trabalha num lugar que não tem nenhum preto e não faz nada para mudar isso. Vidas pretas importam! (Porta dos Fundos, 08/06/2020)⁹

Bibliografia

- ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). *IV Pesquisa do Perfil Sócioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*, Uberlândia, 2016.
- BENTO, Maria Aparecida. “Branqueamento e Branquitude no Brasil” in CARONE, Iray - Maria Aparecida Silva, BENTO (orgs.). *Psicologia Social do Racismo - Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002. (pp. 25-58).
- CARNEIRO, Sueli. “Epistemicídio”. *Geledés*. São Paulo, 2014. <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/> [04/09/2014].
- FRANKENBERG, Ruth. *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro, Editor José Olympio, 1978 (19ª edição brasileira).

⁹ O episódio está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HiBUuOXqBYM> e foi ao ar em 8 de junho de 2020. Acessado em 16 de março de 2021.

- FREYRE, Gilberto. "Como e Porque Escrevi Casa Grande & Senzala" in FREYRE, Gilberto. *Como e Porque Sou e Não Sou Sociólogo*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1968 (pp. 115-143).
- GALLETTA, Luís. "'A casa-grande surta quando a senzala vira médica', diz 1ª colocada em medicina na USP de Ribeirão Preto". *Jornal Contratempo*. Ourinhos, SP, 2017. <http://contratempo.info/principal/casa-grande-surta-quando-senzala-vira-medica-diz-1a-colocada-em-medicina-na-usp-de-ribeirao-preto/> [08/02 2017].
- GELEDÉS. "O perigo de dar de cara com o porteiro do próprio prédio. Danuza Leão pede desculpas a porteiros e leitores." *Geledés*. São Paulo, 2012. <https://www.geledes.org.br/o-perigo-de-dar-de-cara-com-o-porteiro-do-proprio-predio-danuza-leao-pede-desculpas-a-porteiros-e-leitores/> [02/12/2012].
- GONÇALVES, Ana Maria. "A Branquitude está Nua." *Geledés*. São Paulo, 2013. <https://www.geledes.org.br/branquitude-esta-nua/> [11/09/2013].
- GONZALEZ, Lélia. "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira" (1983) in RIOS, Flávia – Márcia, LIMA (orgs.). *Lélia Gonzalez: Por um Feminismo Afro-Latino Americano. Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020. (pp. 75-93).
- GUARESEMIN, Cármen. "Cubano vaiado por brasileiros foi símbolo do Mais Médicos." UOL, 23/12/2013. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2013/12/23/cubano-vaiado-por-brasileiros-e-o-simbolo-do-programa-mais-medicos.htm> [23/12/2013].
- GUIMARÃES, Eduardo. "'Casa Grande' surta com estudante negra que passou em 1º na Fuvest". *Blog da Cidadania*. 2017. <https://crpsjuntasderecursos.wordpress.com/2017/02/08/casa-grande-surta-com-estudante-negra-que-passou-em-1o-na-fuvest/> [08/02/2017].
- HALL, Stuart. "Who Needs 'Identity'?" in HALL, Stuart – Paul, DU GAY (orgs.). *Questions of Cultural Identity*. London, Sage Publications, 1996 (pp. 1-17).
- KLEIN, Charles - Sean T., MITCHELL - Benjamin, JUNGE. "Naming Brazil's Previously Poor: 'New Middle Class' as an Economic, Political, and Experiential Category." *Economic Anthropology*, 5, 2018. (pp. 83-95).
- LASA (Latin American Studies Association). *Report of the LASA Fact-Finding Delegation on the Impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff*. 25/04/2017. <https://lasaweb.org/en/news/report-lasa-fact-finding-delegation-impeachment-brazilian-president-dilma-rousseff/>
- LONDOÑO, Ernesto. "'I Was Invisible': The Maid-Turned-Star Who's Taking on Racism in Brazil." *The New York Times*. New York, 2021. <https://www.nytimes.com/2021/02/19/world/americas/brazil-racism-pretarara.html> [19/02/2021].

- MAIA, Suzana. "A Branquitude das Classes Médias: Discurso Moral e Segregação Social" in MULLER, Tânia M. P – Lourenço, CARDOSO (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil*. Curitiba, Appris, 2017. (107-123).
- MARQUES, Jairo. "Negra, pobre e da rede pública fica em 1º em curso mais concorrido da Fuvest". *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 2017. <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1856050-negra-pobre-e-da-rede-publica-fica-em-1-em-curso-mais-concorrido-da-fuvest.shtml> [06/02/2017].
- MICHAELIS - DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA, <https://michaelis.uol.com.br/palavra/ZNjbj/injuriado/>
- MIGUEL, Luis Felipe Miguel. "A Reemergência da Direita Brasileira" in SOLANO, Esther (org.). *O Ódio Como Política: A Reinvenção das Direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018. (pp. 17-26).
- MISKOLCI, Richard. *O Desejo da Nação: Masculinidade e Branquitude no Brasil de Fins do XIX*. São Paulo, Editora Annablume, 2012.
- MITCHELL, Sean T. "Whitening and Racial Ambiguity: Racialization and Ethnoracial Citizenship in Contemporary Brazil." *African and Black Diaspora: An International Journal*, 10 (2), 2017. (pp. 114-130).
- MULLER, Tânia M. P. – Lourenço, CARDOSO (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil*. Curitiba, Appris, 2017.
- NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante da Base da Pirâmide*. São Paulo, Saraiva, 2012.
- NERI, Marcelo. "Poverty Reduction and Well-Being: Lula's Real" in CASTRO, Fábio de – Kees, KOONINGS – Marianne, WIESEBRON (orgs.). *Brazil Under the Workers' Party*. London, Palgrave Macmillan UK, 2014. (pp. 102–25).
- OXFORD LEARNER'S DICTIONARY, <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/injured>
- PINHO, Patricia de Santana. "White but not Quite: Tones and Overtones of Whiteness in Brazil." *Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism*, 29 (13/2), 2009. (pp. 39-56).
- PINHO, Patricia de Santana. "The Dirty Body that Cleans: Representations of Domestic Workers in Brazilian Common Sense." *Meridians*, 13 (1), 2015. (pp. 103-128).
- PINHO, Patricia de Santana. "Whiteness Has Come Out of the Closet and Intensified Brazil's Reactionary Wave" in JUNGE, Benjamin – Sean, MITCHELL – Alvaro, JARRÍN – Lucia, CANTERO (orgs.). *Precarious Democracy: Ethnographies of Hope, Despair and Resistance in Brazil*. New Brunswick, Rutgers University Press, 2021 (No prelo).

- PINHO, Patricia de Santana – Elizabeth, SILVA. “Domestic Relations in Brazil: Legacies and Horizons.” *Latin American Research Review*, 45 (2), 2010. (pp. 90-113).
- PINTO, Cleide – Valeria, RIBEIRO COROSSACZ. Webinário *Domestic Workers’ Resistance in Brazil*, 6 de novembro de 2020, organizado por Patricia de Santana Pinho, apoiado pelo Research Center for the Americas e o Santa Cruz Institute for Social Transformation, University of California, Santa Cruz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5xBsvgBE1RI&t=504s>
- PIZA, Edith. “Branco no Brasil? Ninguém Sabe Ninguém Viu” in GUIMARÃES, Antonio Sérgio – Lynn, HUNTLEY (orgs.). *Tirando a Máscara: Ensaio sobre o Racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000. (pp. 97-125).
- PRAGMATISMO POLÍTICO. “Professora da PUC debocha de ‘passageiros pobres’ em aeroporto”. <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/professora-da-puc-debocha-de-passageiros-pobres-em-aeroporto.html> [07/02/2014].
- PRETA-RARA. *Eu, Empregada Doméstica: A Senzala Moderna é o Quartinho da Empregada*. Belo Horizonte, Letramento, 2019a.
- PRETA-RARA. “A senzala moderna é o quartinho da empregada”. *Brasil de Fato*. São Paulo, 2019b. <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/08/preta-rara-a-senzala-moderna-e-o-quartinho-da-empregada/> [08/10/2019].
- RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.
- RIBEIRO COROSSACZ, Valeria. *White Middle-Class Men in Rio de Janeiro: The Making of a Dominant Subject*. Maryland, Lexington Books, 2018.
- RIBEIRO COROSSACZ, Valeria. “Assédio sexual no emprego doméstico.” *Revista Z Cultural: Revista do Programa avançado de cultura contemporânea, UFRJ*, XV (2), 2020, <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/06/ASS%C3%89DIO-SEXUAL-NO-EMPREGO-DOM%C3%89STICO-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf>.
- ROTH-GORDON, Jennifer. *Race and the Brazilian Body: Blackness, Whiteness, and Everyday Language in Rio de Janeiro*. Berkeley, University of California Press, 2016.
- SANTANA, Bianca. *Voices Insurgentes de Mulheres Negras: Do Século XVIII à Primeira Década do Século XXI*. São Paulo, Mazza Edições, 2019.
- SEDGWICK, Eve. *Epistemology of the Closet*. Berkeley, University of California Press, 2008.
- SOLANO GALLEGOS, Esther. “Apresentação” in SOLANO, Esther (org.). *O Ódio Como Política: A Reinvenção das Direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018. (pp. 13-16).

SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe. Entenda Como e Por Que Você Foi Enganado*. São Paulo, Editora LeYa, 2016.

SOVIK, Liv. *Aqui Ninguém é Branco*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2009.

Patricia de Santana Pinho é natural de Salvador, Bahia, tem doutorado em ciências sociais pela UNICAMP e é professora no Departamento de Estudos Latino-Americanos e Latinos da Universidade da Califórnia, Santa Cruz. Ela é a autora de *Mama Africa: Reinventing Blackness in Bahia* (Duke University Press, 2010), *Mapping Diaspora: African American Roots Tourism in Brazil* (University of North Carolina Press, 2018), e vários artigos sobre negritude e branquitude no Brasil.

Contato: ppinho@ucsc.edu

Recebido: 28/11/2020

Aceito: 23/04/2021